

AMBIENTE INSTITUCIONAL DAS FEIRAS DE PRODUTOS COLONIAIS E AGROECOLÓGICOS DE CHAPECÓ (SC) A LUZ DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)

Daiane Pavan¹Silvio Santos Junior²

Resumo: A região Oeste de Santa Catarina possui histórica relação com a agricultura familiar. Neste estudo considerou-se como o município Chapecó (SC), que diante o processo de agroindustrialização teve crescimento acelerado, aumento da oferta de trabalho no meio urbano e, por consequência, o êxodo rural. Visando mitigar os efeitos da urbanização surgiram as feiras livres, nas quais os agricultores tiveram a oportunidade de comercializar seus produtos diretamente aos consumidores. O objetivo de estudo foi analisar o ambiente institucional das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó a luz da Nova Economia Institucional. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, sendo a coleta de dados realizada via entrevista semiestruturada, observação não participativa e interpretação dos dados via análise narrativa. Os achados revelaram que o ambiente institucional das feiras livres encontra-se permeado por instituições formais e informais, na constituição legal do programa no município, ou na relação entre os agricultores, poder público e clientes.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Feira livre. Ambiente institucional

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura familiar participa do desenvolvimento histórico dos estados, uma vez que faz parte do processo histórico de ocupação. As propriedades rurais caracterizam-se na maioria com pequenas extensões de terra, com base no monocultivo ou policultivo, sendo estas herdadas ou arrendadas (alugadas) de terceiros.

No estado de Santa Catarina, a agricultura familiar se destaca na região Oeste, pela relevância econômica da atividade para os municípios, uma vez que a exploração dos recursos

¹ Mestre em Administração (UNOESC); Docente da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc. E-mail: daiane.pavan@unoesc.edu.br.

² Doutor em Agronegócio (UFRGS); Docente do Programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc. E-mail: silviosantos.junior@unoesc.edu.br.

naturais para sobrevivência e geração de renda esteve presente desde os primórdios. Assim, este estudo teve como *locus* de pesquisa o município de Chapecó, localizado na região Oeste de Santa Catarina, com influência inicialmente indígena, seguida pela ocupação dos caboclos e pelos colonizadores, predominantemente de descendência étnica alemã, italiana e polonesa, oriundos do Rio Grande do Sul.

As Feiras Livres de Produtos Coloniais e Agroecológicos surgiram enquanto projeto público para a agricultura familiar em 1997, com o objetivo de garantir a permanência do pequeno agricultor familiar na atividade rural (SEDEMA, 1997). A iniciativa das feiras iniciou-se com a parceria entre o poder público via Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – Sedema de Chapecó, os agricultores associados e os consumidores. Segundo a Sedema (2013), são 10 pontos onde acontecem as feiras, distribuídos nos bairros da cidade, nos quais contam com 93 bancas e 60 famílias de agricultores feirantes (dados registrados em 2013). Nas feiras são comercializados produtos coloniais e agroecológicos, sendo que cada banca pertence a uma família que realiza a venda direta aos consumidores, propiciando uma relação de confiança e reciprocidade entre as partes.

Neste contexto este estudo teve como objetivo principal analisar o ambiente institucional das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó (SC) a luz da Nova Economia Institucional (NEI). Para tanto, teve como objetivos específicos: a) verificar a organização e a relação interna entre os agricultores; b) identificar a percepção dos agricultores familiares feirantes quanto a interferência do poder público nas feiras livres.

Este estudo justifica-se pela relevância da compreensão do ambiente institucional, enquanto conjunto de regras sociais, legais e políticas, incentivos recebidos, e pressões de mercado que influenciam nas relações de produção e distribuição.

O artigo estrutura-se na seguinte sequência: revisão teórica sobre os aspectos da NEI (ambiente institucional) e a agricultura familiar; os procedimentos metodológicos do estudo, apresentados e discutidos seus achados e tecidas algumas considerações finais.

2. A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI) E A AGRICULTURA FAMILIAR

O processo de colonização da Região Oeste de Santa Catarina apresenta relação direta com a agricultura familiar, uma vez que sua finalidade inicial constituiu-se na subsistência familiar e a ocupação fundiária, formada basicamente de pequenas propriedades rurais.

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



Com o desenvolvimento econômico e a instalação das agroindústrias surgiu a comercialização em grande escala, por meio do cooperativismo/associativismo e da integração vertical. O sistema de governança das agroindústrias atraiu diversos produtores rurais, mas, a partir de 1990, a agroindústria adota como estratégia a internacionalização, exigindo dos produtores especialização de manejo e mão de obra, além de adaptações estruturais nas propriedades. Inicia-se dessa forma o processo de desistência da atividade vinculada à agroindústria e a necessidade de novas opções de renda e diversificação da produção (MIOR, 2005).

Esses produtores, na busca por novas alternativas, organizados em associações, e com apoio da população urbana e do poder público, deram início às Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó, programa existente no município há 15 anos. As feiras são um espaço de comercialização direta entre os agricultores e os consumidores, no qual o ambiente institucional possui características particulares passíveis de investigação devido à relação dos agricultores feirantes com o mercado, consumidores e poder público.

Para contextualizar esta relação do agricultor familiar com o ambiente institucional optou-se pela abordagem das instituições à luz da Nova Economia Institucional (NEI), conforme estudos de Douglass North, pois nos sistemas agrícolas as instituições são de suma importância nos elementos do ambiente institucional, como as políticas públicas e seus efeitos sobre as ações dos envolvidos no sistema. Neste estudo, o enfoque será no ambiente macroeconômico por meio da descrição do papel das instituições, a relevância das regras formais e informais.

2.1 O papel das instituições

Para compreender a Nova Economia Institucional (NEI) no cenário da agricultura familiar atual, é importante o resgate histórico dos estudos desenvolvidos por Ronald Coase, em 1930. Até então se entendia a firma como uma função de produção, na qual as entradas são os vários insumos necessários e as saídas os produtos produzidos por meio dela. A partir Coase passou-se a identificar que para toda a produção incidem-se custos de transação que influenciam nos valores dos produtos e são permeadas pelas instituições (FARINA, 1997).

As instituições exercem papel importante no comportamento coletivo e individual das sociedades, uma vez que suas ações geram impactos tanto em indivíduos quanto em

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



organizações. As instituições têm como finalidade mediar os conflitos, informando quais as ações que estão prejudicando e quem está sendo atingido (SANTOS JUNIOR, 2011).

Para Coase (1960), um conjunto de instituições que oferece transações de baixo custo viabiliza a existência de mercados de produtos e de fatores eficientes necessários ao crescimento econômico. Neste ambiente, as instituições tornam-se fundamentais e o papel das instituições amplia-se, bem como a dependência entre as partes, o que reforça a necessidade de regras para restringir as ações humanas.

Ainda que existam concepções diferenciadas para o papel das instituições, entende-se que os estudos realizados por Douglass North, a partir da década de 1960, são os mais adequados a este trabalho, com destaque para o livro *The Economic Growth of the United States 1790-1860*, no qual o autor estuda a história econômica, a formação de suas instituições, considerando que os indivíduos interagem a partir de regras. As instituições são definidas pelo autor como “restrições humanas inventadas que estruturam as interações humanas, Elas são feitas de restrições formais e limitações informais. Juntas elas definem a estrutura de incentivos das sociedades e especialmente das economias (NORTH, 1994, p. 360).

Este conceito de instituição foi aplicado por North para compreender as interações entre os agentes envolvidos. Após 1960, o autor migra seus estudos para a análise dos arranjos institucionais, considerando que os avanços institucionais podem ser mais importantes do que os avanços tecnológicos, se analisado o desenvolvimento das economias em longo prazo, com o livro *Institutional Change and American Economic Growth* de 1971 (GALA, 2003).

A busca pelo entendimento do processo histórico do desenvolvimento econômico propiciou a transição entre o histórico e o teórico, presentes nos livros de North a partir de 1970, nos quais estuda as civilizações ao longo do tempo, como Egito, Grécia, Roma, entre outras. North (1981) segue com a análise teórica do crescimento econômico, na qual retrata historicamente algumas sociedades e suas matrizes institucionais, e, posteriormente, em 1990, na obra *Institutions, Institutional Change Economic History*, reitera que as instituições são as “regras do jogo” de uma sociedade, ou seja, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma as interações humanas, e que as instituições e o ambiente institucional influenciam diretamente no desempenho econômico.

A eficiência econômica deve considerar a capacidade de minimizar os custos de transação, no entanto, uma parte significativa dos custos de transação é difícil de ser determinada, em virtude da dificuldade de quantificá-los, como, por exemplo, a busca por melhores parceiros, negociações, controle de execução de termos contratuais, desenvolvimento organizacional, entre outros (BACHEV, 2010).

A NEI possui duas correntes que seguem por vertentes analíticas diferentes: as instituições de governança (ambiente microeconômico) e o ambiente institucional (ambiente macroeconômico); ambos têm como ponto de partida a Economia de Custos de Transação (ECT) (AZEVEDO, 2000).

A economia dos custos de transação parte de dois pressupostos comportamentais, sendo o primeiro relacionado à consideração de que os indivíduos são naturalmente oportunistas, ou seja, fortemente autointeressados, sendo capazes de trapacear para obtenção de vantagens; e o pressuposto da racionalidade limitada, no qual o indivíduo possui limites em sua capacidade para processar as informações disponíveis. Portanto, a racionalidade dos indivíduos é limitada e se encontra diante de um mundo permeado de incertezas, assim, o processo de tomada de decisão é influenciado por diversos fatores, logo, torna-se instável mediante as variáveis do ambiente (OLIVEIRA, 2013).

Para a NEI, o ambiente macroeconômico é constituído pelo ambiente institucional, sendo este composto por regras formais e informais que regulamentam o comportamento dos agentes econômico. As regras formais podem ser entendidas como leis e direitos, na maioria elaborada por organizações formais, sendo formuladas com o intuito de controlar as relações e, por sua vez, reduzir os custos de transações.

As regras informais caracterizam-se pelos costumes, crenças e tradições, as quais sofrem influência de fatores, como religião, cultura e emergem de maneira espontânea, assim, torna-se difícil modificá-las, uma vez que estão fortemente relacionadas a aspectos de identidade aos sujeitos. Além desta forte identificação, as regras informais são executadas mediante o comportamento vinculado ao comprometimento dos envolvidos para que estas sejam cumpridas, mesmo sem existirem mecanismos formais impositivos.

A finalidade das regras ou limitações consiste em estruturar a interação social, econômica e política, que por sua vez existem com a finalidade de proporcionar fluidez no funcionamento do desenvolvimento econômico (NORTH, 1992).

Neste estudo foi destacado o ambiente institucional (macroeconômico), com foco no papel das instituições e o fomento público, sendo fundamental compreender o contexto em que se situam as relações, uma vez que a perspectiva institucional ressalta a presença de elementos culturais nas relações, como: costumes, crenças, valores (PETTIGREW, 1985).

Na seção seguinte será contextualizado o ambiente institucional com suas instituições formais e informais no contexto da agricultura familiar, em específico, nas feiras livres.

2.2 O ambiente institucional e a agricultura familiar

O ambiente institucional da agricultura familiar ao longo dos tempos passou por mudanças técnicas, operacionais e institucionais, influenciadas pela alteração das estratégias e políticas governamentais de fomento e manutenção da atividade. A abertura dos mercados internacionais para os produtos agropecuários nacionais trouxe a necessidade de estruturação de normativas, especialização da mão de obra e formulação de políticas públicas de diversas ordens para contemplar desde os agricultores integrados a grandes complexos industriais até o pequeno produtor familiar autônomo.

A agricultura familiar possui diversas interações com os diferentes agentes, sejam estes governamentais ou não, uma vez que para conseguir manter-se competitivo no sistema, torna-se primordial as associações e cooperativas, o que por sua vez geram demandas regulamentadoras das transações. Neste estudo, o ambiente institucional será o das feiras livres do município de Chapecó, constituída por agricultores familiares, por meio de suas integrações e relações internas e externas com os diversos agentes.

A NEI sustenta que as instituições interferem na dinâmica dos mercados, interferindo no desempenho econômico das firmas. O estudo do ambiente institucional apresenta-se na NEI determinante dos custos de transação, uma vez que é responsável pela redução ou ampliação destes custos nas relações comerciais. Para entender o ambiente institucional e os custos de transação associados torna-se necessário compreender as mudanças que acontecem por forças das instituições e os reflexos destas na cadeia.

Outro elemento relevante para este estudo é a confiança, entendida segundo Andrade et al. (2011, p. 609), como “um mecanismo relacional de governança que pode interferir nos custos associados à formação, desenvolvimento e manutenção de relacionamentos interorganizacionais.” Assim, neste artigo confiança será avaliada nas relações entre

agricultores, clientes e poder público, buscando identificar a relevância dela no ambiente institucional das feiras livres.

A confiança quanto à sua natureza possui diversos aspectos significativos, como: expectativa; crença, estado psicológico, percepção, disposição para assumir riscos, probabilidade subjetiva. Dessa maneira, os custos de transação podem sofrer alterações conforme o comportamento relacionado à confiança entre os agentes, assim, com a frequência das transações estes passam a desenvolver percepções de confiança que garantem a crença na relação entre as partes (ANDRADE et al., 2011).

No processo de transação as consequências da confiança podem ser percebidas principalmente na redução da necessidade de aplicação de mecanismos formais que visem reduzir o comportamento oportunista dos agentes. A existência das instituições formais e informais possui relação com a confiança, uma vez que de acordo com os elos entre as partes é possível reduzir os custos das transações (RIPPERGER, 1998).

A NEI com suas regras formais e informais visam limitar a ação humana na busca pela redução dos custos de transação, mesmo em um ambiente de incertezas, tais limitações na conduta humana são responsáveis pela diminuição das incertezas, o que torna o ambiente social adequado e propenso à tomada de decisões econômicas e políticas (GOMES, 2004). A avaliação do ambiente institucional das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó, sob a abordagem da Nova Economia Institucional (NEI) perpassa pelo emprego de procedimentos metodológicos adequados visando à resposta dos objetivos propostos na pesquisa, conforme se descreve na seção seguinte.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento adotado na classificação da pesquisa foi o estudo de caso, que segundo Yin (2010, p. 39) “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto da vida real”, assim, conforme delimitação do estudo foi realizado nas Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó, localizada na Região Oeste do Estado de Santa Catarina.

O estudo, de corte transversal, foi executado de agosto de 2013 a agosto de 2014, e foram pesquisadas 12 famílias de agricultores familiares, contemplando todos os 10 pontos de

venda das feiras livres da cidade. Esses pontos eram ocupados por 60 feirantes que detinham as 93 bancas de venda de produtos coloniais e agroecológicos .

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e buscou obter informações por meio das particularidades dos respondentes e das suas narrativas individuais. A pesquisa quanto aos fins foi descritiva, pois buscou descrever e interpretar os dados estabelecendo relação entre as diversas informações prestadas, podendo assim analisar as contribuições das feiras livre de Chapecó (SC) para o fortalecimento da agricultura familiar.

Como técnica de análise de dados da pesquisa escolheu-se a análise narrativa, que segundo Pentland (1999) consiste na utilização das narrativas (falas) dos respondentes para construir a realidade pesquisada, por meio de etapas sistemáticas.

4. ANALISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

As instituições, na Nova Economia Institucional (NEI), têm papel determinante para regulamentar as transações, uma vez que mediam conflitos e determinam aos envolvidos as “regras do jogo” e a estrutura de incentivos. Segundo North (1994), as instituições podem ou não restringir as ações humanas e reduzem as incertezas, utilizando-se de imposições formais, como legislação, estatutos, regras e imposições informais, como comportamentos, convenções ou condutas permeados por aspectos culturais. Dessa forma, estas regras inserem-se no ambiente institucional da agricultura familiar, seja nas relações entre os agricultores feirantes e seus clientes, ou com entidades relacionadas, como a Sedema e a Aprofec.

Nesse sentido, serão apresentados os resultados dos questionamentos sobre as regras formais e informais entre agricultores feirantes, órgão público e associação, cotejando-os com os pontos centrais da revisão bibliográfica levantada.

Para contextualizar as instituições locais inicialmente os agricultores feirantes foram questionados quanto ao tempo em anos que participam da Feira Livre de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó, obtendo a média de 13,3 anos. Ao considerar que o projeto existe desde 1998, completando este ano (2014) 16 anos de existência, destaca-se que as famílias que ingressam no programa sentem-se parte fundadora, gerando assim comprometimento com as instalações e sustentabilidade de todos os agricultores, pois vários iniciaram a venda nos pontos que possuem junto com a abertura da feira no bairro.

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



A longevidade das feiras pode ser creditada a diversos fatores, como: ampliação dos pontos de feira nos bairros; melhorias em infraestrutura; conhecimento das feiras pelos consumidores; procura por produtos oriundos da agricultura familiar do município e pela renda gerada durante os dois dias de feira; entre outros. Durante a entrevista com os agricultores tornou-se perceptível o sentimento de pertencimento à feira, conforme relato da família 8: “[...] participar da feira foi uma mudança na nossa vida, estávamos quase vendendo a terra, daí viemos pra cá e com a ajuda dos amigos conseguimos continuar e melhorar de vida.” (informação verbal).

Os depoimentos coletados e a observação remeteram ao apego e ao sentimento de pertencimento à atividade rural e aquele ambiente, o orgulho expressado pelas conquistas ao longo dos anos, as relações de amizade formadas, os clientes conquistados e, por consequência, a renda proveniente do programa.

Nos termos de North (1994), considerar o tempo no processo de desenvolvimento institucional torna-se fundamental para a análise das mudanças institucionais, uma vez que compreendendo a trajetória e as histórias (*path dependence*) entende-se a estrutura de incentivos e as regras criadas ao longo ao tempo mediante as situações apresentadas e em partes explica a prosperidade da iniciativa ou o fracasso.

Entre as respostas obtidas destaca-se a atuação da associação em parceria com outras associações, como, por exemplo, a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - Apaco na promoção de cursos profissionalizantes e assistência administrativa, conforme citado pela família 7: “Fizemos dois cursos sobre como produzir conforme a segurança alimentar e não teve custo, ajuda a melhorar a forma de fazer os produtos.” (informação verbal). Houve a tendência dos respondentes em destacar a atuação da associação nas questões burocráticas para acessar os programas, conforme relata a família 9: “Ajudam a conseguir os papéis para entrar nos programas e vender [rótulos].” (informação verbal). Os agricultores destacam que a associação também consegue captar recursos junto ao poder público para aquisição de materiais e melhorias nas propriedades, ressaltando a relevância desta entidade não somente enquanto instituição formal, mas também como provedora de estímulos institucionais para prover o desenvolvimento.

Quanto à atuação da Associação dos Produtores Feirantes de Chapecó - Aprofec no ambiente da feira destaca-se a fala da família 5: “A associação contribui na organização dos

Organizadores:

ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



feirantes para aquisição de materiais necessários para reformas ou melhorias nas feiras e também a abertura de outros pontos” (informação verbal), ressaltando a importância da associação na organização dos agricultores para buscar melhorias nos locais de feira. Nesse aspecto, surge a fala da família 5: “Eles ajudam, quando precisa pedir pra prefeitura uma reforma nas feiras eles vão atrás e também conseguem verba para melhorar as estradas.” (informação verbal). Assim, destaca-se que os agricultores conseguem perceber sua atuação no ambiente das feiras, gerado pela relação de confiança entre os agricultores feirantes e a associação, mediante a frequência da atuação no ambiente.

Os agricultores ressaltam que não existe interferência direta da Aprofec na feira, mas que a entidade está sempre à disposição quando precisam e auxilia na busca de recursos junto ao poder público. Questionados se conheciam algum estatuto ou documento de formalização da Aprofec todos disseram que não, os agricultores não têm obrigatoriedade de permanecer associado, mas têm consciência da importância da entidade para a sustentabilidade do coletivo.

Para perspectiva da NEI este comprometimento com a feira, gerado informalmente, acaba por limitar as interações humanas, pois existe uma convenção quanto à postura e o comportamento humano dentro delas e os agricultores demonstram a relevância do associativismo, característica presente na região.

Para Zylbersztajn (2011), a interação direta entre os agricultores e os diversos agentes influencia na competitividade. A Sedema enquanto gestora do projeto tem a função de auxiliar na geração de diferenciais para as feiras, promovendo a competitividade e a inserção dos agricultores em múltiplos programas públicos que venham melhorar a renda e contribuir para a permanência destes na atividade rural.

4.1 As instituições formais e informais das feiras livres e as relações entre os agentes

Para a Nova Economia Institucional (NEI) as instituições podem ser de caráter formal ou informal, criadas com o objetivo de estruturar as interações humanas, sendo caracterizadas por restrições formais na forma de legislações, regras constituições; e as informais na forma de normas de comportamento, códigos de conduta, convenções (NORTH, 1992). Com base

nelas, serão apresentadas na sequência aspectos que caracterizam as instituições no ambiente institucional das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó.

Para analisar o ambiente institucional das feiras livres no município de Chapecó, torna-se relevante considerar que as instituições influenciam no comportamento coletivo e individual dos envolvidos, tendo como finalidade a mediação dos conflitos em um contexto de oportunismo dos agentes e de racionalidade limitada (SANTOS JUNIOR, 2011).

Desse modo, buscou-se inicialmente saber como acontece a organização dos feirantes nos ambientes onde acontecem as feiras, ou seja, nos espaços comuns a todos cedidos pela prefeitura, considerando que cada família possui uma banca fixa no espaço. Questionou-se aos feirantes sobre a organização da feira, isto é, que discorressem a respeito das instituições regras internas, posturas, comportamentos, convenções, parcerias e regulamentações, enfim, restrições formais e informais envolvidas no processo.

Inicialmente, analisou-se os elementos que compõem as instituições informais, sendo estas entendidas por North (1994, p. 360) como “normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto impostos.” Assim, destaca-se a confiança existente entre os feirantes, conforme relatado pela família a seguir “As pessoas aqui são ótimas, parceiros mesmo, um vende pro outro, atende os cliente do outro e coloca o dinheiro na caixinha e nem precisa conferir, a gente sabe que se lograr o outro perde o companheiro e o respeito aqui. Cada um sabe o seu lugar, não tem nada escrito, mas sabem que se andar fora da linha vai ter problema (Família 7). (informação verbal).”

Conforme descrito por Andrade et al. (2011) a confiança apresenta-se como um mecanismo relacional de governança que influencia nos custos de transação das feiras livres, pois as relações entre eles apresentam-se de maneira informal, pautadas em fatores psicológicos e culturais, potencializadas pelo fato de que a maioria dos feirantes está há mais de uma década no programa, o que gera frequência nas transações.

Nesse contexto, o tempo de permanência no programa gera confiança entre os agricultores, uma vez que existe uma crença positiva quanto à integridade e competência entre os feirantes e, por sua vez, cria disposição em assumir riscos coletivos e apoio entre as partes, visando à sustentabilidade de todos na atividade rural (ANDRADE et al., 2011).

Associado à confiança destaca-se que a feira também se caracteriza como um espaço social constituído fechado, no qual os valores, como honestidade, confiança, ética e seriedade

são constituídos nas comunidades rurais e perceptíveis nas relações entre os agricultores. Observa-se o compartilhamento interno de valores do grupo, no qual cada família possui conhecimento sobre sua responsabilidade naquele espaço, mesmo que de maneira informal (MELLO, 2006).

Nos pontos de feira não existe a formalização do representante dos agricultores, mas ao questionar sobre o responsável em todos os pontos pesquisados existe um feirante responsável pela abertura e fechamento de local, organização geral do ambiente, o qual também possui um ponto no local, delegando atribuições para os demais feirantes, principalmente, quanto à manutenção física do espaço, sendo esta figura reconhecida pelos demais e destacado pela família 9: “Tem um estatuto da associação mais o Lauro³ que coordena aqui é tranquilo, mas nunca tivemos problemas e também as pessoas são sérias é no fio do bigode [risos].” (informação verbal).

A falta de formalização da liderança nos pontos de feira demonstra que a confiança entre os agricultores reduz a necessidade de aplicação de mecanismos formais que visem reduzir o comportamento oportunista dos agentes, conforme destacado por Ripperger (1998), ou seja, não existe a necessidade da formalização da representação para que os agricultores saibam de suas responsabilidades individuais e coletivas, independentemente, da posição de liderança no ponto de venda.

A organização dos feirantes apresenta-se como predominantemente informal, mediante aporte teórico da NEI, sendo justificada em partes pela frequência de transações entre eles e os clientes, dada a longevidade do programa, em média 13,3 anos, e a baixa rotatividade das famílias no projeto, sendo que esta periodicidade nas bancas reduz o ambiente de incertezas e aumenta a reputação das partes. Os feirantes demonstraram não possuir conhecimento aprofundado das regras formais, mas sabem que existem e se comprometem com elas, mesmo sem existir mecanismos impositivos, tendo a clareza de que, se necessário, podem recorrer aos órgãos de suporte, no caso a Sedema e Aprofec (AZEVEDO, 2000).

Na sequência, analisam-se os elementos que compõem as instituições formais representadas pela NEI, conforme descrito por North (1992) como as formalizações escritas

³ Nome alterado para preservar a identificação dos pesquisados.

dos processos, como as políticas agrícolas, legislações, estatutos, geralmente elaborados com a intervenção de um agente mediador.

Dessa maneira, quanto ao conhecimento sobre as regras formais, sendo estas neste momento representadas pelas diretrizes para participar do projeto e a conduta que se deve ter para permanecer nele, destaca-se que as famílias têm o conhecimento que existem regras, sendo estas vinculadas à Sedema ou à Aprofec, conforme relatado pela família 8: “Existem regras da prefeitura e da associação, mas entre nós cada um sabe se comportar, nem sei o que diz a regra.” (informação verbal).

Para North (1992), as regras formais podem ser entendidas como leis e direitos, na maioria, elaboradas por organizações formais, sendo formuladas com o intuito de controlar as relações e, por sua vez, reduzir os custos de transações. Nas feiras livres estas regras formais apresentam-se em um cenário secundário na percepção dos agricultores feirantes; estas teriam como finalidade o controle das relações e a redução dos custos de transação entre os agricultores e seus agentes. Observa-se que como a organização informal impera e os próprios feirantes se organizam, as regras formais não são priorizadas, logo, o conhecimento sobre o teor destas é limitado.

Na continuidade da investigação quanto às instituições formais e informais, questionou-se os feirantes sobre a comercialização de produtos de outros agricultores em sua banca, uma vez que em algumas a variedade de produtos disponível aos consumidores é vasta e nem sempre é característica da família o policultivo.

As respostas demonstram que 61,64% dos feirantes comercializam produtos de outras famílias em sua banca, sendo queijo, ovos, panificados e cachaça e 38,46% somente comercializam seus produtos na banca. Destacam-se as características das instituições informais retratadas pela NEI no que diz respeito às relações de comprometimento dos envolvidos com as regras, tendo como base de sustentação dos costumes, crenças dos envolvidos, sendo difícil de modificá-las devido às suas raízes históricas e por aspectos de identidade dos sujeitos (NORTH, 1992).

A NEI preconiza que as instituições sejam formais ou informais, tendo como finalidade a estruturação da interação social, econômica e política, pois proporcionam fluidez no funcionamento de desenvolvimento econômico (NORTH, 1992). No caso das feiras livres no município de Chapecó, o fato dos agricultores comercializarem produtos de terceiros em

suas bancas é pautado na relação informal, sem contratos ou regulamentação e contribui para a geração de renda de maneira indireta para outras famílias.

Esta relação de venda terceirizada é de conhecimento da Sedema, que considera em torno de 134 famílias beneficiadas direta e indiretamente pelo programa em 2014, sendo permitida a comercialização nestes moldes. Por meio destas instituições informais o funcionamento das interações sociais e dos comportamentos contribui para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar no município, pois de maneira indireta são beneficiadas mais famílias do que formalmente estão cadastradas. Em contrapartida, a Sedema não possui cadastro destas famílias, não sendo possível o acompanhamento destas.

No caso das feiras livres da agricultura familiar no município de Chapecó, estas apresentam aspectos culturais fortemente enraizados, pois os agricultores trazem para os espaços de comercialização comum a todos, os valores compartilhados oriundos do meio rural, estes derivados da forma como as comunidades foram constituídas, priorizando a coletividade e a sustentabilidade mútua.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da região Oeste de Santa Catarina possui relação direta com a agricultura familiar, uma vez que seu processo de colonização se iniciou pela formação de pequenas extensões de terra, habitadas por famílias que produziam para subsistência e comercializavam o excedente.

Mediante tal relevância, este estudo objetivou analisar o ambiente institucional das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó (SC) a Luz da Nova Economia Institucional (NEI), já que este se caracteriza como uma iniciativa gerada pela demanda da sociedade, dos agricultores e estruturada pelo poder público. Assim, o ambiente institucional das feiras livres tem como agentes envolvidos os agricultores familiares feirantes; o órgão público na figura da Sedema e os consumidores.

O ambiente institucional é composto por instituições que representam restrições humanas formais ou informais, desse modo, verificou-se que a organização interna dos agricultores familiares nas feiras livres apresenta-se predominantemente composta por instituições informais.

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



As regras informais também estão presentes na regulamentação do programa perante o ente público, no caso a Sedema, já que não existe legislação própria para as feiras, mesmo após 16 anos de funcionamento. A morosidade na elaboração de regras formais para as feiras justifica-se, entre outras, pela relação harmônica entre os agricultores feirantes e a Sedema.

A agricultura familiar está imersa em um ambiente que recebe influências de diversos fatores, como a variação de preços, políticas públicas e comportamento do consumidor. Assim, as regras informais restringem o comportamento oportunista dos agentes, e, por sua vez, facilitam a interação entre eles, reduzindo os custos de transação.

O aporte teórico da NEI contemplou os objetivos desta pesquisa, mas outras concepções podem contribuir para a análise desta realidade, como a sociologia econômica e suas concepções das relações entre os agentes nos processos.

Considerando os resultados do estudo, descrevem-se algumas recomendações para pesquisas futuras sobre a temática, observando aspectos, como segurança alimentar, ambiente institucional e sucessão familiar.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. H. M. de et al. A Relação entre Confiança e custos de transação em Relacionamentos Interorganizacionais. **RAC. Revista de Administração Contemporânea**, n. 4, p. 608-630, 2011.
- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- AZEVEDO, P. F. de. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.
- BACHEV, H. Efficiency and Sustainability of Economic Organizations in Agri-business. **International Journal of Business Insights & Transformation** [online], v. 4, n. 1, p. 4-22, October 2010.
- COASE, R. H. Problem of social cost. **The Journal of Law & Economics**, v. 3, p. 1, 1960.
- FARINA, E. M. M. Q.; SAES, M. S. M.; AZEVEDO, P. F. de. **Competitividade**: mercado, estado e organizações. São Paulo: Singular, 1997.
- GALA, P. A. Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, p. 90, abr./jun. 2003.
- GOMES, F. G. A nova economia institucional (NEI) e o (sub)desenvolvimento econômico brasileiro: limites e impossibilidades de interpretação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 2004.
- MELLO, M. A. Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: Migração, sucessão e celibato. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 2008, Fortaleza,

- Ceara. **Anais eletrônicos...** 2008. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/5/1036.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.
- MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 338 p., 2005.
- NORTH, D. C. Transaction Costs, Institutions and Economic Performance. **International Center for Economic Growth**. Occasional Paper, 1992. Disponível em: <http://khosachonline.ucoz.com/ld/1/144_chi_ph_gd-th_ch.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- NORTH, D. C. Economic performance through time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359-368, jun. 1994. Disponível em: <<http://classwebs.spea.indiana.edu/kenricha/classes/v640/v640%20readings/north%201994.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2014.
- PENTLAND, B. T. Building process theory from narrative: from description to explanation. **Academy of management review**, v. 24, n. 4, 1999.
- PETTIGREW, A. M. **The Awakening Giant: Continuity and Change in ICI**, Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- PREFEITURA DE CHAPECÓ (Município). **Chapecó: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Chapecó – Sedema**, 2014. Disponível em: <www.chapeco.sc.gov.br>. Acesso em: 02 dez. 2013.
- RIPPERGER, T. **Ökonomik des vertauens**. Tübingen: Mohr Siebeck Press, 1998.
- ZYLBERSZTAJN, D. **Caminhos da agricultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 2011. 124 p.
- WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**, v. 38, n. 3, p. 595-613, 2000. Disponível em: <<http://se.xmu.edu.cn/oldversion/admin/manage/File/87/2577/1110.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2014.
- WILLIAMSON, O. E. Comparative economic organization: thr analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quaterly**, 1991. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNABX332.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: 4. ed. Bookmann, 2010.